

IDEB DA ESCOLA: A AFERIÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO TEM SIDO REFERENCIAL PARA SE (RE) PENSAR A EDUCAÇÃO MUNICIPAL?¹

School IDEB: the admeasurement of the teaching quality has been reference to (re) think municipal education?

IDEB scolaire: une mesure de la qualité de l'éducation a été reference a (re) hall d'éducation penser?

Fernanda Ferreira Belo ¹

Universidade Federal de Goiás

Nelson Cardoso Amaral²

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este texto objetiva problematizar a utilização do IDEB das escolas como referencial para se (re) pensar a educação básica de qualidade. O uso desse índice pelo MEC/Inep ocorre desde o ano de 2007 e indica o estabelecimento de padrões e critérios para monitorar o sistema educacional brasileiro. Ele está inserido na cultura das avaliações externas em larga escala com foco no rendimento do aluno e das redes de ensino. O IDEB tem potencial para revigorar a escola pública desde que não se esgote na superficialidade dos dados, uma vez que eles não retratam as condições socioeconômicas dos alunos e professores, nem as condições de infraestrutura das escolas avaliadas, o que pode comprometer a universalização da educação de qualidade.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Avaliação. IDEB.

School IDEB: the admeasurement of the teaching quality has been reference to (re) think municipal education?

Abstract: This text aims at discussing the use of IDEB (Basic Education Development Index) from schools as reference to re(think) Basic Education of quality. The use of this index by MEC/Inep occurs since 2007 and indicates the establishment of patterns and criteria to monitor Brazilian educational system. It is inserted in the culture of the external evaluations in large scale

¹Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora da área de Políticas Educacionais da Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão.

²Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor da Universidade Federal de Goiás.

focusing in the performance of the student and the education networks. IDEB has the potential to refresh state schools since it is not focused only in the data superficiality, once they don't portray the socioeconomic conditions of the students and teachers, neither the infrastructure conditions of the evaluated schools, which may commit the universalizing of the quality education.

Key-words: Educational Policies, Evaluation and IDEB.

IDEB scolaire: une mesure de la qualité de l'éducation a été reference a (re) hall d'éducation penser?

Résumé: Ce texte vise à analyser l'utilisation des écoles IDEB comme une référence à (re) penser l'éducation de base de qualité. L'utilisation de cet indice par MEC / Inep se produit depuis l'année 2007 et indique la mise en place des normes et des critères pour la surveillance du système éducatif brésilien. Il est inséré dans la culture des évaluations externes sur une grande échelle en mettant l'accent sur les systèmes scolaires et la réussite des élèves. Le IDEB a le potentiel pour redynamiser l'école publique à condition qu'ils n'épuisent pas la superficialité des données, car elles ne reflètent pas les conditions socio-économiques des élèves et des enseignants, ni les conditions de l'infrastructure des écoles évaluées, ce qui peut compromettre l'universalisation de l'éducation qualité.

Mots-clés: Politique de l'éducation. E'évaluation. IDEB.

Introdução

A preocupação com a qualidade da educação norteia as políticas adotadas pelas redes municipais e estaduais de educação no Brasil e se explicita no objetivo de atingir, ou até superar os índices e metas estabelecidas para a educação básica, apresentados pelo IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Esse movimento tem levado as escolas estaduais a publicizar os resultados do IDEB em placares, demonstrando que tem ocorrido um ranqueamento entre as escolas das redes municipal e estadual na exibição pública de melhores resultados, atestados por este indicador.

Sob tal panorama, gestores e profissionais da educação dão significativa importância ao cumprimento dos índices e indicadores educacionais nacionais. Os dados do IDEB são resultantes de aferição da qualidade do ensino, sendo medido pelo fluxo e desempenho escolar. Por isso, considera-se importante questionar se, de fato, os índices

apresentados pelo IDEB das escolas têm sido utilizados como referenciais para se (re) pensar a educação pública nos municípios, não apenas em termos dos números que são apresentados, mas também na perspectiva de construir ações efetivas para promover a aprendizagem dos alunos. O objetivo deste artigo é questionar a utilização dos resultados do IDEB pelas escolas públicas buscando indicar algumas discussões que o uso desse índice tem suscitado no tocante à organização da educação básica de qualidade.

IDEB da escola: a aferição da qualidade do ensino tem sido referencial para se (re) pensar a educação municipal?

Com as discussões e encaminhamentos realizados no Brasil em torno da aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação desde o ano de 2010, as diretrizes previstas e as metas estabelecidas nesse plano em torno da melhoria da qualidade do ensino no Brasil estão cada vez mais debatidas e publicizadas em âmbito nacional (BRASIL, 2010).

A forma estabelecida para medir a qualidade do ensino brasileiro está posta no artigo 11 desse projeto de lei do PNE e versa sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, estabelecendo que:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar. [Esclarece ainda no inciso primeiro que] o IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação, [e no inciso segundo que] e o INEP empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e à infraestrutura das escolas de educação básica (BRASIL, 2010).

Desse modo, o texto do projeto de Lei do PNE (2010) reafirma os mecanismos utilizados pelo governo federal para avaliar a educação básica, que são sintetizados no IDEB e que indicam a materialização de uma prática de avaliação em larga escala já consolidada no país. A aprovação e utilização do IDEB resultaram de estudos voltados para se avaliar a educação básica e o nível de aprendizagem dos alunos, sobretudo a partir dos anos 2000. Ele sintetiza dois conceitos importantes relacionados à educação de

qualidade. São eles: a aprovação e a média de desempenho em língua portuguesa e matemática; os indicadores de fluxo - envolvendo taxas de aprovação, repetência e evasão escolar -, resultando numa escala de zero a dez (SAVIANI, 2009, p. 7).

O SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica - e o Prova Brasil são elementos integrantes do IDEB, assim como os dados apresentados pelo censo da educação, nos quais a repetência, a evasão, a baixa aprendizagem e o abandono dos alunos do sistema escolar são dados que provocam oscilações nos resultados do IDEB por escola.

Fernandes (2007), afirma que a partir da necessidade de estabelecer padrões e critérios para monitoramento do sistema de ensino no Brasil foi possível efetivar o uso de indicadores para medição de programas de educação em relação às metas e resultados fixados nacionalmente. Desse modo,

Os indicadores de desempenho educacional utilizados para monitorar o sistema de ensino no País são, fundamentalmente, de duas ordens: a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) (FERNANDES, 2007, p. 7).

Saviani (2009, p. 7) explica que o IDEB é um importante indicador cujas metas estabelecidas são progressivas, prevendo-se chegar ao ano de 2022 com a média prevista para 6,0, que é o índice apresentado pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pontuado no quesito desenvolvimento educacional em âmbito mundial. A definição do ano 2022 se deu pelo caráter simbólico da comemoração dos 200 anos da Independência política do Brasil (ibidem, 2009, p. 7).

Na perspectiva da política educacional o IDEB faz parte de um conjunto de ações que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, e este tem como “carro-chefe”, segundo Saviani (2009, p. 5), o Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação (BRASIL, Decreto nº 6094 de 2007). Este último foi composto por representantes de empresários, da sociedade civil e de gestores públicos com forte influência nos meios de comunicação de massa, que, em 2006, lançaram uma cartilha cuja ênfase foi posta no papel da educação como meio de garantir a independência do país. Essa cartilha refletiu o desejo desse grupo de se chegar ao ano de 2022 festejando o bicentenário da Independência “num país com escolas boas, com oportunidades iguais para todos e livre do analfabetismo” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

A ação do MEC/Inep em torno da aprovação do PDE se materializou como um importante elemento da política educacional para o país e incorporou as metas do “Todos pela Educação”. As ideias acima relacionadas entre independência do país e educação para todos se associaram à “defesa de uma educação básica de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros” (ibid, 2013), a partir do estabelecimento de “oportunidades iguais” para todos (ibidem, 2013).

Assim, as ações e políticas do MEC e do PDE tem sistematizado a união de diferentes setores da sociedade, da política e da economia em torno de um pacto entre governo, sociedade civil e empresas para selar um compromisso com o cumprimento de metas objetivas destinadas à melhoria da qualidade da educação básica (SAVIANI, 2009). Porém, o estabelecimento de metas para a educação evidencia um problema histórico: a universalização da educação básica versus as altas taxas de repetência, evasão escolar e baixa proficiência obtidas por estudantes em exames padronizados em nível nacional.

Ao observar os dados das escolas brasileiras apresentados pelo IDEB é preciso levar em consideração alguns fatores que podem estar por trás dos números que ilustram o “melhor desempenho” e o “pior desempenho” dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental em avaliações em larga escala. Também é necessário relativizar o impacto dos resultados do IDEB nas políticas educacionais dos municípios quanto à resolução dos problemas que envolvem a educação escolar. Conforme se verifica na tabela 1, abaixo, o IDEB observado no Brasil entre os anos 2005 e 2011 apresenta uma elevação na variação dos índices totais da primeira fase do ensino fundamental, saindo de um percentual de 3.8, em 2005, e chegando a 5.0 em 2011.

Tabela 1 - Brasil – Educação- Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa									
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5

Fonte: IDEB/INEP, 2013.

Porém, quando se compara o cumprimento das metas pela rede pública com o da rede privada de ensino, nota-se que a escola pública encontra-se com índices educacionais relativamente baixos, numa disparidade verificável pela média 4.7 obtida pelas escolas públicas brasileiras em 2011, contra a média 6.5 retratada pela rede privada para o mesmo ano. O IDEB permite detectar escolas ou redes de ensino em que os alunos apresentam notas baixas e possibilita monitorar a evolução do desempenho dos alunos e das redes escolares. Nesse aspecto, Saviani (2009), afirma que

No que se refere ao aspecto técnico, deve-se reconhecer que o IDEB representa um avanço importante, ao combinar os dados relativos ao rendimento dos alunos com os dados de evasão e repetência e ao possibilitar aferir, por um padrão comum em âmbito nacional, os resultados de aprendizagem de cada aluno, em cada escola (ibidem, 2009, p. 36).

A avaliação de cada aluno e de cada escola materializada pelo IDEB pode impactar nas políticas municipais com o intuito de se (re) pensar e resolver os problemas relacionados à evasão, repetência e promover a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, “as avaliações têm mostrado que o ensino municipal constitui um ponto de estrangulamento devido aos equívocos políticos dos governos de transferência para os municípios da quase exclusividade pela manutenção do ensino fundamental” (SAVIANI, 2009, p. 36).

A situação educacional municipal mostra que além do péssimo desempenho de alguns municípios brasileiros na recente avaliação sobre a qualidade do ensino médio, outro fator precisa ser considerado quando se problematiza o papel e a responsabilidade da gestão pública com a aplicação de recursos na educação pública. O Jornal Correio Brasiliense (2012) fez uma comparação entre dados do Ministério da Educação (MEC) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostrando que das “30 cidades onde o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) registrou as maiores quedas, comparando-se os resultados de 2011 com os de 2009, em 20 delas os atuais prefeitos ou vice-prefeitos são candidatos nas eleições de outubro”, sendo que todos tiveram seus patrimônios duplicados³.

³Essa discussão encontra-se no site do jornal correio brasiliense disponível no endereço: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2012/08/27/interna_politica,319198/nas-cidades-com-a-maior-queda-no-IDEB-prefeitos-multiplicaram-patrimonios.shtml>, Consulta em março de 2013.

Observando os dados apresentados pela esfera estadual, pode-se constatar, conforme indicado na tabela 2, que há similitude entre os índices do IDEB das escolas em Goiás em relação aos dados nacionais.

Tabela 2 - Goiás – Educação - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

4ª série / 5º ano												
Estado	IDEB Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Goiás	4.1	4.3	4.9	5.3	4.2	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2

Fonte: IDEB/INEP, 2013.

Obs: Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

A rede privada em Goiás apresentou os índices dispostos na tabela 3 abaixo. Esses números também revelam que, em Goiás, a rede privada tem apresentado, como a média nacional, indicadores com um patamar um pouco mais elevado do que o apresentado pela rede pública.

Tabela 3 - Goiás – Educação- Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Rede Privada

4ª série / 5º ano												
Estado	IDEB Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Goiás	5.7	5.7	6.3	6.7	5.7	6.0	6.4	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4

Fonte IDEB/INEP, 2013.

Obs: Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Esses dados apresentados pelas duas redes de ensino, a pública e a privada, precisam ser analisados de forma mais aprofundada para se evidenciar as contradições que estão implícitas por trás desses números e dessas metas projetadas e atingidas. A título de exemplo existem casos de escolas privadas e de escolas públicas em que professores selecionam e preparam seus melhores alunos para realizarem as avaliações nacionais e isso pode mascarar o resultado geral.

Quanto aos números do IDEB das escolas do município de Catalão, a situação apresentada é correspondente aos dados anteriores da média nacional e estadual, conforme indicado na tabela 4, atingindo em 2011 o índice de 5.3.

Tabela 4 - Goiás – Educação- Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Rede Pública Municipal

4ª série/5º ano												
Município	IDEB Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
CATALAO	4.4	4.5	4.6	5.3	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5

Fonte: IDEB/INEP, 2013.

Obs: Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Neste aspecto, como o IDEB é um índice de acesso público, os meios de comunicação, as escolas, prefeituras, os estados e o governo federal publicam e divulgam seus índices para atestar a qualidade do ensino e com isso têm promovido outras ações que se ampliam no interior da escola como premiações aos professores pelo cumprimento das metas do IDEB, ranqueamento entre escolas, entre professores e entre as redes de ensino.

Conforme se verifica na imagem abaixo, a política estadual goiana tem estabelecido um ranqueamento entre as escolas colocando placares com os dados do IDEB nas portas destas, evidenciando as diferenças entre as redes e as escolas num mesmo município. Com essas ações o governo estadual tem dado ênfase à divulgação e publicização dos resultados de avaliações nacionais.



Imagem 1. Fonte: BELO, F. F., Placar de escola estadual, Catalão, 2012.

Percebe-se, ao observar mais detalhadamente que há uma explicação sobre o IDEB médio do município na imagem 2, abaixo, sendo ilustrada a comparação entre as redes

públicas, em que se indica para o 5º ano do ensino municipal o IDEB médio de 5.4 em comparação com o IDEB da rede estadual, registrado em 5.6 para essa mesma etapa, destacando, portanto que o IDEB da rede estadual ficou acima do apresentado pela rede municipal.



Imagem 2. Fonte: BELO, F. F., Placar de escola estadual, Catalão, 2012.

Mesmo estampando os índices de qualidade medidos pelo IDEB em seus estabelecimentos, muitas escolas estaduais não conseguem esconder suas condições precárias de funcionamento, alguns sinais de abandono como muros quebrados e escolas mal cuidadas.



Imagem 3. Fonte: BELO, F. F., Escola estadual, Catalão, 2013.



Imagem 4. Fonte: BELO, F. F., Placar de escola estadual, Catalão, 2012.



Imagem 5. Fonte: BELO, F. F. Escola estadual, Catalão, 2013.

De modo geral, esse movimento de estampar os resultados do IDEB em forma de placares das escolas revela a importância adquirida pelos índices e indicadores de qualidade da educação retratando pontuações que por si não podem ser utilizadas para classificar as

melhores redes e escolas. Estas ações indicam a necessidade de se (re) pensar a educação municipal voltada para tocar nos problemas objetivos que afetam as escolas públicas nos municípios e não apenas cumprir normas de avaliação nacional que foram colocadas em vigência pelo MEC.

Além deste fato ilustrado acima, as escolas municipais que oferecem educação infantil em Catalão utilizam desde o ano de 2008, o denominado “Sistema Aprende Brasil de Ensino” – SABE- da editora Positivo, que incluem também serviços de assistência e assessoramento técnico e pedagógico. Essa é uma ação resultante de parceria público-privada estabelecida nesta cidade (CATALÃO, 2009).

No material publicitário divulgado pela prefeitura municipal de Catalão, veiculado em 2011, aparece uma justificativa para a utilização do “SABE/Aprende Brasil” sendo enfatizado que:

A escolha do Aprende Brasil pela prefeitura de Catalão é reflexo da forte representatividade do sistema no apoio à qualificação da educação brasileira (...) as instituições e os alunos que utilizam o sistema Brasil afora se tornaram referência, elevando seus índices de avaliação do MEC, como o IDEB, e conquistando prêmios em olimpíadas escolares e em feiras educacionais (CATALÃO, 2011).

Desse modo os argumentos em favor da parceria público-privada na educação infantil municipal estão sendo reforçados pela possibilidade de melhorar os índices de avaliação do MEC, sendo informado nesse material que “nove em cada dez cidades conveniadas (como SABE) atingiram ou superaram as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” (CATALÃO, 2011).

Diante dessas formas de (re) pensar a educação municipal, o IDEB da escola aponta alguns fatores que correspondem entre si para se atingir índices altos no IDEB, entre eles destacam-se⁴: a) Fatores sociais e econômicos favoráveis; b) Bom relacionamento entre os pais e a escola; c) Incentivo à leitura; d) Baixa rotatividade no quadro de funcionários, aulas de reforço e acompanhamento de alunos; e) Investimento público acima dos 25% da arrecadação de impostos que são vinculados constitucionalmente à educação, f) Política de remuneração e de valorização do magistério.

⁴Texto “Segredo do IDEB - Como o principal indicador educacional brasileiro pode ajudar as redes a fazer o diagnóstico do ensino oferecido para planejar ações e melhorar a aprendizagem” Consulta em <<http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/17/o-segredo-do-IDEB-246398-1.asp>> Acesso em fevereiro de 2013.

Portanto, o que se pode fazer nas escolas públicas a partir dos índices educacionais que são tabulados e divulgados pelo governo federal? É preciso (re) pensar toda a educação básica passando pela formação inicial e continuada de professores; investimento em infraestrutura das unidades escolares; avaliação constante e acompanhamento do ensino – aprendizagem do aluno; ampliação de verbas destinadas à educação acima dos percentuais mínimos vinculados constitucionalmente. E primordialmente é preciso focar no problema dos alunos que não concluem o ensino fundamental e médio.

Conforme aponta Mészáros (2005), há um consenso em torno da questão que envolve a sociedade e a educação escolar contemporânea de modo que “poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (ibidem, 2005 p. 25), e que por isso, é necessário uma postura crítica diante das reformas desencadeadas que tem levado inclusive à construção de parcerias público-privada em educação municipal. Conseqüentemente “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança” (ibidem, 2005 p. 25).

Considerações Finais

Fernandes (2007) afirma que o IDEB é importante porque ele evidencia que os sistemas educacionais que reprovam sistematicamente os estudantes fazem com que eles abandonem a escola antes de completarem os estudos. Com isso é interessante pensar que se os alunos aprendem pouco, não apresentam dados exitosos nas avaliações eles prejudicam a melhoria da qualidade do ensino e, portanto, tornam-se desinteressantes para as escolas. Outro problema que se relaciona com o IDEB da escola refere-se ao processo de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, pois, as avaliações indicam que ao final destes níveis os alunos apresentam médias baixas devido ao baixo rendimento, dificuldades de aprendizagem, repetência e evasão escolar.

Desse modo, mesmo a Lei e Diretrizes e Bases n. 9394 de 1996 especificando em seu artigo IV a necessidade do estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, há o risco das escolas brasileiras, que estão em municípios muito diferenciados e diversificados passarem a (re) pensar a organização da escola pública apenas por orientações estabelecidas pelos exames nacionais e indicadores de qualidade como o IDEB, tidos como realmente

capazes de medir a qualidade da educação. É importante observar que a utilização deste indicador esbarra nas especificidades, dificuldades e divergências de entendimento que podem ocorrer na leitura dos índices e resultados apresentados pelas escolas no Brasil e no seu uso como fonte de ação política para resolver os problemas históricos que acompanham a organização da educação no país.

Os dados numéricos do IDEB não expressam os locais de onde os mesmos são gerados, as condições sociais e econômicas dos alunos e professores envolvidos no processo educativo, nem tampouco revelam informações precisas sobre a gestão escolar e a organização dos sistemas de ensino dessas localidades.

A utilização dos dados apresentados pelo IDEB tem promovido um ranqueamento entre as escolas e as redes de ensino, classificando-as de acordo com numa hierarquia de valores conforme indicado neste texto, o que é prejudicial à universalização da educação de qualidade, pois as pontuações apresentadas pelas escolas e redes não refletem a realidade cotidiana que perpassa a organização educacional no país.

As pontuações por si não podem ser utilizadas para classificar as melhores redes e escolas, uma vez que elas representam a disposição em números da posição relativa das redes e escolas em relação às demais. Nesse sentido, os argumentos em favor de melhorar os resultados do IDEB têm possibilitado aos municípios uma forma de rearticulação da escola pública com foco nas avaliações em larga escala e nos seus resultados, sem, contudo, efetivar a resolução dos problemas do analfabetismo, da repetência e da evasão escolar que permanece latente ao longo da estruturação da educação pública nacional.

Referências

ADRIÃO, T, ARELARO, Lisete; BORGHI, Raquel; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9394 de 1996.

CATALÃO, *Contrato de Prestação de Serviços n.º 0111/2009, firmado entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Editora Positivo Ltda.* 2009.

_____, *Material de Campanha Publicitária*, ano de divulgação 2011.

FERNANDES, Reynaldo. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. SP: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Dermeval. PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

CONSULTA EM MEIOS ELETRÔNICOS:

BRASIL, Poder Executivo. Projeto de Lei N.º 8.035, 20 de dezembro de 2010. *Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências*. Câmara dos Deputados, Brasília, 2010. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2013.

BRASIL, IDEB/INEP. Disponível em <<http://IDEB.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=694337>>. Consulta em fevereiro de 2013.

Disponível em <<http://IDEB.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=693573>>. Consulta em fevereiro de 2013.

Disponível em: <<http://IDEB.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=693573>>. Consulta em fevereiro de 2013.

BRASIL. TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/dados-das-5-metas/>>. Consulta em fevereiro de 2013.

FOTOS:

BELO, Fernanda Ferreira Belo. *Placar do IDEB das escolas públicas estaduais de Catalão*. Catalão, 2012 e 2013.

ⁱEste trabalho foi apresentado e publicado nos anais do VII Simpósio Internacional "O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente", realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em 2013. Para a publicação nesta Revista foram feitos ajustes e correções no original.